

**FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA**  
**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 of 10

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>536.036,49</b>	<b>575.664,64</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>178.397,05</b>	<b>155.495,31</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	498.775,27	476.739,29	<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>3.990,00</b>	<b>0,00</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	498.775,27	476.739,29	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	3.990,00	0,00
CONTA ÚNICA	F 498.775,27	476.739,29	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F 3.990,00	0,00
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>37.261,22</b>	<b>86.078,59</b>	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>58.868,92</b>	<b>17.670,00</b>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.000,00	1.000,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	58.868,92	17.670,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P 1.000,00	1.000,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F 58.868,92	17.670,00
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>36.261,22</b>	<b>85.078,59</b>	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>115.538,13</b>	<b>137.825,31</b>
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS	P 36.261,22	85.078,59	VALORES RESTITUÍVEIS	115.538,13	137.825,31
<b>ESTOQUES</b>	<b>0,00</b>	<b>12.846,76</b>	CONSIGNAÇÕES	F 115.538,13	137.825,31
<b>ALMOXARIFADO</b>	<b>0,00</b>	<b>12.846,76</b>	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>178.397,05</b>	<b>155.495,31</b>
MATERIAL DE CONSUMO	P 0,00	2.465,66	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P 0,00	9.273,10	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	P 0,00	1.018,00	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>457.788,24</b>	<b>493.711,13</b>
MATERIAIS GRÁFICOS	P 0,00	90,00	<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>457.788,24</b>	<b>493.711,13</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>100.148,80</b>	<b>73.541,80</b>	<b>SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS</b>	<b>457.788,24</b>	<b>493.711,13</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>100.148,80</b>	<b>73.541,80</b>	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P -35.922,89	179.285,62
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>100.148,80</b>	<b>73.541,80</b>	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 493.711,13	314.425,51
VEÍCULOS	P 34.000,00	34.000,00	<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>457.788,24</b>	<b>493.711,13</b>
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 1.552,00	1.552,00	<b>TOTAL</b>	<b>636.185,29</b>	<b>649.206,44</b>
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 6.339,00	6.339,00			
BENS DE INFORMÁTICA	P 22.452,00	16.508,00			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 19.544,80	9.098,80			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 16.261,00	6.044,00			
<b>TOTAL</b>	<b>636.185,29</b>	<b>649.206,44</b>			



**FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**PERÍODO**

Exercício de 2017

2 of 10

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ATIVO FINANCEIRO	498.775,27	476.739,29	PASSIVO FINANCEIRO (178.397,05)+ Restos não Processado(0,00)	178.397,05	155.495,31
ATIVO PERMANENTE	137.410,02	172.467,15		0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	457.788,24	493.711,13

---

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

---

JOANA DARC DA SILVA FREITAS  
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
708.828.434-00



**FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA**  
**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**  
Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

3 of 10

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)**

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 81xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS ( Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior

\_\_\_\_\_  
JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

\_\_\_\_\_  
JOANA DARC DA SILVA FREITAS  
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
708.828.434-00



# FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

4 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

## FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

### NOTA EXPLICATIVA: ANEXO XIV – BALANÇO PATRIMONIAL

#### 1. PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP: Estrutura Conceitual, 01 a 10), as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (nº 1.134 a 1.137/2008), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)- em sua 7ª edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2017)- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 510, de 10 de agosto de 2016 -, além do disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis. Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), as referidas normas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. Muito embora as IPSAS não possuam caráter vinculante pelas entidades municipais brasileiras, quando não há norma semelhante, ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas internacionais auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômico-contábeis<sup>1</sup>.

As DCASP abrangem as entidades municipais, cuja execução orçamentária e financeira da receita e despesa, seja registrada no sistema informatizado de contabilidade, da administração direta e indireta que venha integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O objetivo principal das DCASP é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público municipal e prestar contas da gestão econômico-

<sup>1</sup> A NBC TSP Estrutura Conceitual pode fornecer orientações para lidar com situações a serem evidenciadas pelas entidades do setor público que não são tratadas por outras NBCs TSP ou por outras disposições do CFC aplicáveis às entidades do setor público. Nessas circunstâncias, os profissionais da contabilidade podem consultar e considerar a aplicabilidade das definições, dos critérios de reconhecimento, dos princípios de mensuração e de outros conceitos identificados nesta estrutura conceitual. As disposições das normas internacionais de contabilidade, *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*, editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)* podem ser observadas em caráter residual e não obrigatório.

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

JOANA DARC DA SILVA FREITAS  
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
708.828.434-00



# FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

5 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

financeira realizada durante o exercício de 2017. Nas DCASP, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do ente municipal. As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas NBC TSP, no PCASP e no MCASP. Desta forma, as DCASP são compostas por: (i) Balanço Patrimonial (BP); (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); (iii) Balanço Orçamentário (BO); (iv) Balanço Financeiro (BF); (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); (vi) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.<sup>1</sup>

#### 1.1. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de consolidador das contas públicas nacionais e normatizador das regras gerais dessa consolidação. Neste sentido, e de modo alinhado às orientações do Ministério da Fazenda no sentido de convergir para padrões contábeis internacionais, conforme disposto na Portaria MF nº 184/2008, a STN edita regularmente o MCASP, de observância obrigatória para todos os entes da Federação. O MCASP também se alinha às práticas contábeis dispostas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste sentido, uma série de ajustes já foram realizados, conforme prazos apresentados pela Portaria STN nº 634/2013, dentre os quais se destacam a implementação do PCASP e das DCASP. Na sequência das reformas contábeis, e de modo a seguir as orientações da Portaria STN nº 634/2013, a STN editou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), dando continuidade ao processo de convergência da NBC TSP aos padrões internacionais.

Desta forma, trouxe a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, as seguintes disposições:

*Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos nos arts. 6º e 7º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.*

*[...]*

*§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.*

*§ 5º Os prazos-limite estabelecidos no PIPCP constante do Anexo desta Portaria deverão ser observados, sem prejuízo dos normativos e decisões dos Tribunais de Contas que antecipem esses prazos(Grifo nosso).*

<sup>1</sup> NBC TSP 6.81: 200. A DMBL deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporaram no processo de consolidação das contas

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

JOANA DARC DA SILVA FREITAS  
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
708.828.434-00



# FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

6 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

Cabe ainda ressaltar que, no contexto jurisdicional-legal, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), examinar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de qualquer ato administrativo de que resulte receita ou despesa. A ele também cabe verificar os atos que provoquem renúncia de receita, que é quando o ente público deixa de arrecadar os recursos que lhe cabem. Ademais, tem-se como atribuição desta corte de contas examinar a documentação apresentada pelas instituições públicas que se subordinam à sua atuação, na forma e prazos definidos na legislação.

Destarte, adunada à legislação federal, trouxe o TCE-PE a Resolução TC nº 27, de 13 de dezembro de 2017, que estabeleceu normas relativas à composição das contas dos Prefeitos Municipais bem como revogou a Resolução TC nº 38, de 14 de dezembro de 2016.

Por fim, tendo em vista a não alteração, pelo TCE-PE, dos prazos originais previstos na Portaria STN nº 634/2013, adotamos como referência os prazos de implantação previstos na referida norma, de tal sorte que apresentamos o quadro evolutivo de realização dos procedimentos patrimoniais abaixo:

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP - evolução
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015)- <b>Dívida Ativa</b> e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017 - <b>Créditos a receber</b> (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - <b>Ativos contingentes</b>	Em implantação
	A partir de 01/01/2020 - <b>Créditos tributários e de contribuições por competência</b> (exceto créditos previdenciários); e <b>Créditos previdenciários por competência</b> , bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Em implantação
II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015)- <b>Provisão atuarial</b> do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - <b>Obrigações com fornecedores por competência</b>	Implantado

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

JOANA DARC DA SILVA FREITAS  
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
708.828.434-00



# FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

7 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	A partir de 01/01/2019 - <b>Passivos contingentes Provisões por competência</b> e <b>Obrigações por competência</b> (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Em implantação
III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - <b>Bens móveis e imóveis</b> (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva <b>depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável</b> (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Em implantação
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Em implantação
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019 - <b>Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis</b> (exceto patrimônio cultural e infraestrutura).	Em implantação

### 1.2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade municipal, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo proposto pelo PCASP. A moeda funcional municipal é o Real.

#### 1.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem todo dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### 1.2.2 Créditos

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

JOANA DARC DA SILVA FREITAS  
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
708.828.434-00



# FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

8 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos no MCASP e, em regra, será feita a conversão (quando em moeda estrangeira), à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado

#### 1.2.2 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Caso contrário, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período a que se referirem.

#### 1.2.4 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do ente municipal, obedecendo ao regime de competência, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

#### 1.3. Estrutura de apresentação das Notas Explicativas em relação aos DCASP

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.<sup>1</sup> De tal sorte, e com a finalidade precípua de atendimento ao sistema de prestação de contas do TC~~2~~-P~~2~~, as Notas Explicativas foram setorizadas, por meio de anexos, as suas respectivas DCASP, da seguinte forma:

- a) Nota Explicativa: Anexo I – Balanço Patrimonial (BP);
- b) Nota Explicativa: Anexo II – Balanço Orçamentário (BO);
- c) Nota Explicativa: Anexo III – Balanço Financeiro (BF);
- d) Nota Explicativa: Anexo IV – Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- e) Nota Explicativa: Anexo V – Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- f) Nota Explicativa: Anexo VI – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL).

<sup>1</sup> NBC T 16.6 (P1), publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2014.

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

JOANA DARC DA SILVA FREITAS  
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
708.828.434-00





# FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

9 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

Cabe destacar que o Anexo VI somente será elaborado quando estiver presente a respectiva DMPL, pois este demonstrativo deve ser elaborado apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas. Dessa forma, caso o ente municipal não se enquadre nesse comando de norma, não será necessária sua elaboração.

#### 1.4. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público é realizada mensalmente pela contabilidade, de forma a dar robustez e consistência as informações geradas, em de acordo com a legislação, regramentos orçamentários ou com os pronunciamentos de outro órgão ou entidade que regulamente a utilização dos recursos públicos. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes nos DCASP, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.<sup>1</sup>

## 2. PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

### 2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou os bens numerários em moeda nacional depositados em conta única do ente municipal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$498mil na conta única, o que levou um decréscimo de cerca 4,62% em relação ao exercício anterior.

### 2.2 Demais créditos e valores de curto prazo

Compreende os adiantamentos concedidos ao pessoal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$37mil contabilizados.

### 2.3 Outros créditos e valores de curto prazo

Compreende os outros créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$36mil contabilizados.

### 2.4 Imobilizado

O Imobilizado do ente municipal é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$100mil na conta única, o que levou um acréscimo de cerca 36,18% em relação ao exercício anterior.

<sup>1</sup> NBC TSP - ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

JOANA DARC DA SILVA FREITAS  
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
708.828.434-00



# FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

10 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

#### 2.6 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar etc. Observa-se um valor cerca de R\$ 2,7 milhões, em 31/12/2017.

#### 2.7 Fornecedores e Contas a pagar nacionais

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. Observa-se um valor cerca de R\$58mil, em 31/12/2017, com acréscimo de 233,16% em relação ao ano anterior.

#### 2.8 Demais Obrigações a curto prazo – Consignações

Compreende valores diversos, tais como valores retidos de RPPS, INSS, IRRF, retenções de entidades representativas de classes, retenções de empréstimos e financiamentos, e outras consignações, as quais totalizaram cerca de R\$115mil, um acréscimo de 36,18% em relação ao ano anterior

#### 2.9 Superávit/Déficit Financeiro

No exercício de 2017, o superávit financeiro foi de cerca de R\$320mil. No exercício anterior o superávit financeiro havia sido de R\$321mil. A posição financeira é modificada pelo resultado financeiro do exercício, que resulta dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias. Assim, o resultado financeiro é reflexo do resultado da execução orçamentária<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Lima, Severino. *Contabilidade pública: análise financeira governamental / Severino, Cecília de Lima. Iacodilton Alves Muniz. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016. p. 503*

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

JOANA DARC DA SILVA FREITAS  
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
708.828.434-00



# FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 of 10

ISOLADO:6 - FUNDO MUL. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.365.588,30</b>	<b>1.905.159,49</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.498.893,49</b>	<b>4.439.167,02</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	450.280,23	460.858,65	<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>2.786.409,84</b>	<b>2.082.748,60</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	450.280,23	460.858,65	PESSOAL A PAGAR	1.414.375,02	1.421.694,09
CONTA ÚNICA	F 450.280,23	460.858,65	PESSOAL A PAGAR	F 1.414.375,02	1.421.694,09
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>1.915.308,07</b>	<b>1.402.243,50</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR</b>	<b>1.372.034,82</b>	<b>661.054,51</b>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	20.000,00	14.000,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F 1.327.279,90	639.070,64
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P 20.000,00	14.000,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F 44.754,92	21.983,87
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>1.895.308,07</b>	<b>1.388.243,50</b>	<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO</b>	<b>524,65</b>	<b>524,65</b>
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS	P 1.895.308,07	1.388.243,50	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	524,65	524,65
<b>ESTOQUES</b>	<b>0,00</b>	<b>42.057,34</b>	JUROS DE CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	P 524,65	524,65
ALMOXARIFADO	0,00	42.057,34	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>1.328.397,29</b>	<b>1.305.029,95</b>
MATERIAL DE CONSUMO	P 0,00	36.653,34	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	1.328.397,29	1.305.029,95
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	P 0,00	212,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F 1.325.937,29	1.305.029,95
AUTOPEÇAS	P 0,00	5.192,00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F 2.460,00	0,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>13.875.879,08</b>	<b>13.111.214,38</b>	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>1.383.561,71</b>	<b>1.050.863,82</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>13.875.879,08</b>	<b>13.111.214,38</b>	VALORES RESTITUÍVEIS	1.383.561,71	1.050.863,82
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>4.746.369,30</b>	<b>3.913.634,30</b>	CONSIGNAÇÕES	F 1.383.561,71	1.050.863,82
VEÍCULOS	P 667.500,00	667.500,00	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>5.498.893,49</b>	<b>4.439.167,02</b>
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 2.583.436,10	2.583.436,10	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
BENS DE INFORMÁTICA	P 31.480,00	11.495,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 780.368,50	122.133,50	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10.742.573,89</b>	<b>10.577.206,85</b>
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 5.560,00	0,00	<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>10.742.573,89</b>	<b>10.577.206,85</b>
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 678.024,70	529.069,70	<b>SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS</b>	<b>10.742.573,89</b>	<b>10.577.206,85</b>
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>9.388.056,16</b>	<b>9.306.247,99</b>	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 165.367,04	608.603,67
INSTALAÇÕES	P 7.000,00	7.000,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 10.577.206,85	9.968.603,18
BENS DE USO COMUM DO POVO	P 70,00	70,00	<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10.742.573,89</b>	<b>10.577.206,85</b>
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P 5.231.232,70	5.152.546,53	<b>TOTAL</b>	<b>16.241.467,38</b>	<b>15.016.373,87</b>
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P 4.149.753,46	4.146.631,46			
<b>(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS</b>	<b>-258.546,38</b>	<b>-108.667,91</b>			
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P -258.376,38	-108.583,07			
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P -170,00	-84,84			
<b>TOTAL</b>	<b>16.241.467,38</b>	<b>15.016.373,87</b>			



**FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**PERÍODO**

Exercício de 2017

2 of 10

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ATIVO FINANCEIRO	450.280,23	460.858,65	PASSIVO FINANCEIRO (5.498.368,84)+ Restos não Processado(0,00)	5.498.368,84	4.582.721,25
ATIVO PERMANENTE	15.791.187,15	14.555.515,22	PASSIVO PERMANENTE	524,65	524,65
			SALDO PATRIMONIAL	10.742.573,89	10.433.127,97

---

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

---

VERATANIA LACERDA GOMES MORAES  
SEC. DE EDUCAÇÃO  
038.811.284-09



**FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS**  
**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

3 of 10

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)**

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS ( Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
			<b>COMPENSAÇÕES</b>	<b>4.863.954,18</b>	<b>4.863.954,18</b>
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4.863.954,18	4.863.954,18
			<b>TOTAL</b>	<b>4.863.954,18</b>	<b>4.863.954,18</b>

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
 CONTADOR  
 CRC-PE 021.866/O-8

\_\_\_\_\_  
 VERATANIA LACERDA GOMES MORAES  
 SEC. DE EDUCAÇÃO  
 038.811.284-09



# FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

4 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

#### FUNDO MUL. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

#### NOTA EXPLICATIVA: ANEXO XIV – BALANÇO PATRIMONIAL

#### 1. PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP: Estrutura Conceitual, 01 a 10), as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (nº 1.134 a 1.137/2008), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)- em sua 7ª edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2017)- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 510, de 10 de agosto de 2016 -, além do disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis. Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), as referidas normas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. Muito embora as IPSAS não possuam caráter vinculante pelas entidades municipais brasileiras, quando não há norma semelhante, ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas internacionais auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômico-contábeis<sup>1</sup>.

As DCASP abrangem as entidades municipais, cuja execução orçamentária e financeira da receita e despesa, seja registrada no sistema informatizado de contabilidade, da administração direta e indireta que venha integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O objetivo principal das DCASP é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público municipal e prestar contas da gestão econômico-

<sup>1</sup> A NBC TSP Estrutura Conceitual pode fornecer orientações para lidar com situações a serem evidenciadas pelas entidades do setor público que não são tratadas por outras NBCs TSP ou por outras disposições do CFC aplicáveis às entidades do setor público. Nessas circunstâncias, os profissionais da contabilidade podem consultar e considerar a aplicabilidade das definições, dos critérios de reconhecimento, dos princípios de mensuração e de outros conceitos identificados nesta estrutura conceitual. As disposições das normas internacionais de contabilidade, *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*, editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)* podem ser observadas em caráter residual e não obrigatório.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

VERATANIA LACERDA GOMES MORAES  
SEC. DE EDUCAÇÃO  
038.811.284-09



# FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

5 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

financeira realizada durante o exercício de 2017. Nas DCASP, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do ente municipal. As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas NBC TSP, no PCASP e no MCASP. Desta forma, as DCASP são compostas por: (i) Balanço Patrimonial (BP); (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); (iii) Balanço Orçamentário (BO); (iv) Balanço Financeiro (BF); (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); (vi) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.<sup>1</sup>

#### 1.1. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de consolidador das contas públicas nacionais e normatizador das regras gerais dessa consolidação. Neste sentido, e de modo alinhado às orientações do Ministério da Fazenda no sentido de convergir para padrões contábeis internacionais, conforme disposto na Portaria MF nº 184/2008, a STN edita regularmente o MCASP, de observância obrigatória para todos os entes da Federação. O MCASP também se alinha às práticas contábeis dispostas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste sentido, uma série de ajustes já foram realizados, conforme prazos apresentados pela Portaria STN nº 634/2013, dentre os quais se destacam a implementação do PCASP e das DCASP. Na sequência das reformas contábeis, e de modo a seguir as orientações da Portaria STN nº 634/2013, a STN editou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), dando continuidade ao processo de convergência da NBC TSP aos padrões internacionais.

Desta forma, trouxe a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos nos arts. 6º e 7º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

[...]

§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.

§ 5º **Os prazos-limite estabelecidos no PIPCP** constante do Anexo desta Portaria deverão ser observados, sem prejuízo dos normativos e **decisões dos Tribunais de Contas que antecipem esses prazos** (Grifo nosso).

<sup>1</sup> NBC T 16.6-B1: 200. A DMBL deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporaram no processo de consolidação das contas.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

VERATANIA LACERDA GOMES MORAES  
SEC. DE EDUCAÇÃO  
038.811.284-09



# FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

6 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

Cabe ainda ressaltar que, no contexto jurisdicional-legal, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), examinar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de qualquer ato administrativo de que resulte receita ou despesa. A ele também cabe verificar os atos que provoquem renúncia de receita, que é quando o ente público deixa de arrecadar os recursos que lhe cabem. Ademais, tem-se como atribuição desta corte de contas examinar a documentação apresentada pelas instituições públicas que se subordinam à sua atuação, na forma e prazos definidos na legislação.

Destarte, adunada à legislação federal, trouxe o TCE-PE a Resolução TC nº 27, de 13 de dezembro de 2017, que estabeleceu normas relativas à composição das contas dos Prefeitos Municipais bem como revogou a Resolução TC nº 38, de 14 de dezembro de 2016.

Por fim, tendo em vista a não alteração, pelo TCE-PE, dos prazos originais previstos na Portaria STN nº 634/2013, adotamos como referência os prazos de implantação previstos na referida norma, de tal sorte que apresentamos o quadro evolutivo de realização dos procedimentos patrimoniais abaixo:

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP - evolução
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015)- <b>Dívida Ativa</b> e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017 - <b>Créditos a receber</b> (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - <b>Ativos contingentes</b>	Em implantação
	A partir de 01/01/2020 - <b>Créditos tributários e de contribuições por competência</b> (exceto créditos previdenciários); e <b>Créditos previdenciários por competência</b> , bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Em implantação
II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015)- <b>Provisão atuarial</b> do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - <b>Obrigações com fornecedores por competência</b>	Implantado

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

VERATANIA LACERDA GOMES MORAES  
SEC. DE EDUCAÇÃO  
038.811.284-09





# FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

7 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	A partir de 01/01/2019 - <b>Passivos contingentes Provisões por competência</b> e <b>Obrigações por competência</b> (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Em implantação
III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - <b>Bens móveis e imóveis</b> (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva <b>depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável</b> (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Em implantação
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Em implantação
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019 - <b>Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis</b> (exceto patrimônio cultural e infraestrutura).	Em implantação

### 1.2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade municipal, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo proposto pelo PCASP. A moeda funcional municipal é o Real.

#### 1.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem todo dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### 1.2.2 Créditos

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

VERATANIA LACERDA GOMES MORAES  
SEC. DE EDUCAÇÃO  
038.811.284-09



# FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

8 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos no MCASP e, em regra, será feita a conversão (quando em moeda estrangeira), à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado

#### 1.2.2 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Caso contrário, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período a que se referirem.

#### 1.2.4 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do ente municipal, obedecendo ao regime de competência, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

#### 1.3. Estrutura de apresentação das Notas Explicativas em relação aos DCASP

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.<sup>1</sup> De tal sorte, e com a finalidade precípua de atendimento ao sistema de prestação de contas do TCZ-PZ, as Notas Explicativas foram setorizadas, por meio de anexos, as suas respectivas DCASP, da seguinte forma:

- a) Nota Explicativa: Anexo I – Balanço Patrimonial (BP);
- b) Nota Explicativa: Anexo II – Balanço Orçamentário (BO);
- c) Nota Explicativa: Anexo III – Balanço Financeiro (BF);
- d) Nota Explicativa: Anexo IV – Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- e) Nota Explicativa: Anexo V – Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- f) Nota Explicativa: Anexo VI – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL).

<sup>1</sup> NBC T 16.6 (P1), publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2014.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

VERATANIA LACERDA GOMES MORAES  
SEC. DE EDUCAÇÃO  
038.811.284-09



# FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

9 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

Cabe destacar que o Anexo VI somente será elaborado quando estiver presente a respectiva DMPL, pois este demonstrativo deve ser elaborado apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas. Dessa forma, caso o ente municipal não se enquadre nesse comando de norma, não será necessária sua elaboração.

#### 1.4. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público é realizada mensalmente pela contabilidade, de forma a dar robustez e consistência as informações geradas, em de acordo com a legislação, regramentos orçamentários ou com os pronunciamentos de outro órgão ou entidade que regulamente a utilização dos recursos públicos. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes nos DCASP, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.<sup>1</sup>

## 2. PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

### 2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou os bens numerários em moeda nacional depositados em conta única do ente municipal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 333 mil na conta única, o que levou um decréscimo de cerca 36,26% em relação ao exercício anterior.

### 2.2 Demais créditos e valores de curto prazo

Compreende os adiantamentos concedidos ao pessoal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 24,25 mil contabilizados.

### 2.3 Outros créditos e valores de curto prazo

Compreende os outros créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 248 mil contabilizados.

### 2.4 Estoques

Compreende o almoxarifado, composto pelo conta gêneros alimentícios. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 160,00 contabilizados.

### 2.5 Imobilizado

1 NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Prestação Geral pelas Entidades do Setor Público

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

VERATANIA LACERDA GOMES MORAES  
SEC. DE EDUCAÇÃO  
038.811.284-09



# FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

10 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

O Imobilizado do ente municipal é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 13,8 milhões na conta única, o que levou um acréscimo de cerca 10,90% em relação ao exercício anterior.

#### **2.6 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo**

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar etc. Observa-se um valor cerca de R\$ 2,7 milhões, em 31/12/2017, com acréscimo de 33,79% em relação ao ano anterior.

#### **2.7 Fornecedores e Contas a pagar nacionais**

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. Observa-se um valor cerca de R\$ 1,3 milhões, em 31/12/2017, com acréscimo de 1,79% em relação ao ano anterior.

#### **2.8 Demais Obrigações a curto prazo – Consignações**

Compreende valores diversos, tais como valores retidos de RPPS, INSS, IRRF, retenções de entidades representativas de classes, retenções de empréstimos e financiamentos, e outras consignações, as quais totalizaram cerca de R\$ 1,3 milhões, um acréscimo de 36,53% em relação ao ano anterior

#### **2.9 Superávit/Déficit Financeiro**

No exercício de 2017, o déficit financeiro foi de cerca de R\$ 5,4 milhões. No exercício anterior o déficit financeiro havia sido de R\$ 4,1 milhões. A posição financeira é modificada pelo resultado financeiro do exercício, que resulta dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias. Assim, o resultado financeiro é reflexo do resultado da execução orçamentária<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Lima, Severino. *Contabilidade pública: análise financeira governamental / Severino, Contador de Lima, José Milton Alves Muniz*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016. p. 502

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

VERATANIA LACERDA GOMES MORAES  
SEC. DE EDUCAÇÃO  
038.811.284-09



**F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA**  
**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 of 10

ISOLADO:3 - F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.084.915,16</b>	<b>3.726.813,75</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.346.352,95</b>	<b>1.681.611,61</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.752.393,59	1.591.470,61	<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>56.576,31</b>	<b>24.983,48</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.752.393,59	1.591.470,61	PESSOAL A PAGAR	0,00	5.041,66
CONTA ÚNICA	F 1.752.393,59	1.591.470,61	PESSOAL A PAGAR	F 0,00	5.041,66
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>332.521,57</b>	<b>486.946,63</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR</b>	<b>56.576,31</b>	<b>19.941,82</b>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	580,70	580,70	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F 0,00	19.941,82
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P 580,70	580,70	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F 56.576,31	0,00
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>331.940,87</b>	<b>486.365,93</b>	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>1.345.473,66</b>	<b>688.840,18</b>
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS	P 331.940,87	486.365,93	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO</b>	<b>1.345.473,66</b>	<b>688.840,18</b>
<b>ESTOQUES</b>	<b>0,00</b>	<b>1.648.396,51</b>	FORNECEDORES NACIONAIS	F 1.344.617,66	688.840,18
<b>ALMOXARIFADO</b>	<b>0,00</b>	<b>1.648.396,51</b>	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F 856,00	0,00
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P 0,00	108.043,20	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>944.302,98</b>	<b>967.787,95</b>
MATERIAL DE CONSUMO	P 0,00	887.973,63	VALORES RESTITUÍVEIS	944.302,98	967.787,95
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	P 0,00	4.476,60	CONSIGNAÇÕES	F 944.302,98	967.787,95
AUTOPEÇAS	P 0,00	98.432,36	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>2.346.352,95</b>	<b>1.681.611,61</b>
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	P 0,00	348.848,65			
MATERIAIS GRÁFICOS	P 0,00	61.521,49			
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P 0,00	65.979,47			
MATERIAIS A CLASSIFICAR	P 0,00	34.693,63			
ESTOQUE SOBRESSALENTES A ALIENAR	P 0,00	38.427,48			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.546.878,26</b>	<b>6.121.283,22</b>			
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>-265.056,70</b>	<b>-265.056,70</b>			
<b>CRÉDITOS A LONGO PRAZO</b>	<b>-265.056,70</b>	<b>-265.056,70</b>			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P -265.056,70	-265.056,70			
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>8.811.934,96</b>	<b>6.386.339,92</b>			
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>3.494.229,59</b>	<b>1.829.979,90</b>			
VEÍCULOS	P 787.800,00	467.750,00			
BENS DE INFORMÁTICA	P 245.207,20	61.357,80			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 120.670,98	40.750,00			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 3.364,00	2.736,00			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 1.409.258,30	342.788,99			
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 927.929,11	914.597,11			
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>5.557.265,73</b>	<b>4.576.432,48</b>			
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P 4.331.984,52	3.595.327,90			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P 1.225.281,21	981.104,58			
<b>(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS</b>	<b>-239.560,36</b>	<b>-20.072,46</b>			
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P -239.497,96	-20.072,46			
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P -62,40	0,00			
<b>TOTAL</b>	<b>10.631.793,42</b>	<b>9.848.096,97</b>			

  

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.285.440,47</b>	<b>8.166.485,36</b>
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>8.285.440,47</b>	<b>8.166.485,36</b>
<b>SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS</b>	<b>8.285.440,47</b>	<b>8.166.485,36</b>
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 118.955,11	2.377.247,62
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 8.166.485,36	5.789.237,74
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.285.440,47</b>	<b>8.166.485,36</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.631.793,42</b>	<b>9.848.096,97</b>



**F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**PERÍODO**

Exercício de 2017

2 of 10

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ATIVO FINANCEIRO	1.752.393,59	1.591.470,61	PASSIVO FINANCEIRO (2.346.352,95)+ Restos não Processado(893.405,64)	3.239.758,59	2.446.311,95
ATIVO PERMANENTE	8.879.399,83	8.256.626,36	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	7.392.034,83	7.401.785,02

---

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

---

ARTUR BELARMINO AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
057.246.464-98



**F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA**  
**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**  
Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

3 of 10

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)**

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS ( Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
			<b>COMPENSAÇÕES</b>	<b>31.021,73</b>	<b>31.021,73</b>
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	31.021,73	31.021,73
			<b>TOTAL</b>	<b>31.021,73</b>	<b>31.021,73</b>

\_\_\_\_\_  
JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

\_\_\_\_\_  
ARTUR BELARMINO AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
057.246.464-98



# F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

4 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SOCIAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

#### NOTA EXPLICATIVA: ANEXO XIV – BALANÇO PATRIMONIAL

##### 1. PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP: Estrutura Conceitual, 01 a 10), as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (nº 1.134 a 1.137/2008), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)- em sua 7ª edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2017)- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 510, de 10 de agosto de 2016 -, além do disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis. Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), as referidas normas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. Muito embora as IPSAS não possuam caráter vinculante pelas entidades municipais brasileiras, quando não há norma semelhante, ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas internacionais auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômico-contábeis<sup>1</sup>.

As DCASP abrangem as entidades municipais, cuja execução orçamentária e financeira da receita e despesa, seja registrada no sistema informatizado de contabilidade, da administração direta e indireta que venha integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O objetivo principal das DCASP é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público municipal e prestar contas da gestão econômico-

<sup>1</sup> A NBC TSP Estrutura Conceitual pode fornecer orientações para lidar com situações a serem evidenciadas pelas entidades do setor público que não são tratadas por outras NBCs TSP ou por outras disposições do CFC aplicáveis às entidades do setor público. Nessas circunstâncias, os profissionais da contabilidade podem consultar e considerar a aplicabilidade das definições, dos critérios de reconhecimento, dos princípios de mensuração e de outros conceitos identificados nesta estrutura conceitual. As disposições das normas internacionais de contabilidade, *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*, editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)* podem ser observadas em caráter residual e não obrigatório.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ARTUR BELARMINO AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
057.246.464-98





# F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

5 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

financeira realizada durante o exercício de 2017. Nas DCASP, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do ente municipal. As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas NBC TSP, no PCASP e no MCASP. Desta forma, as DCASP são compostas por: (i) Balanço Patrimonial (BP); (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); (iii) Balanço Orçamentário (BO); (iv) Balanço Financeiro (BF); (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); (vi) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.<sup>1</sup>

#### 1.1. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de consolidador das contas públicas nacionais e normatizador das regras gerais dessa consolidação. Neste sentido, e de modo alinhado às orientações do Ministério da Fazenda no sentido de convergir para padrões contábeis internacionais, conforme disposto na Portaria MF nº 184/2008, a STN edita regularmente o MCASP, de observância obrigatória para todos os entes da Federação. O MCASP também se alinha às práticas contábeis dispostas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste sentido, uma série de ajustes já foram realizados, conforme prazos apresentados pela Portaria STN nº 634/2013, dentre os quais se destacam a implementação do PCASP e das DCASP. Na sequência das reformas contábeis, e de modo a seguir as orientações da Portaria STN nº 634/2013, a STN editou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), dando continuidade ao processo de convergência da NBC TSP aos padrões internacionais.

Desta forma, trouxe a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, as seguintes disposições:

*Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos nos arts. 6º e 7º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.*

*[...]*

*§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.*

*§ 5º Os prazos-limite estabelecidos no PIPCP constante do Anexo desta Portaria deverão ser observados, sem prejuízo dos normativos e decisões dos Tribunais de Contas que antecipem esses prazos(Grifo nosso).*

<sup>1</sup> NBC TSP 6.81: 200. A DMPPL deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporaram no processo de consolidação das contas.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ARTUR BELARMINO AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
057.246.464-98



# F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

6 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

Cabe ainda ressaltar que, no contexto jurisdicional-legal, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), examinar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de qualquer ato administrativo de que resulte receita ou despesa. A ele também cabe verificar os atos que provoquem renúncia de receita, que é quando o ente público deixa de arrecadar os recursos que lhe cabem. Ademais, tem-se como atribuição desta corte de contas examinar a documentação apresentada pelas instituições públicas que se subordinam à sua atuação, na forma e prazos definidos na legislação.

Destarte, adunada à legislação federal, trouxe o TCE-PE a Resolução TC nº 27, de 13 de dezembro de 2017, que estabeleceu normas relativas à composição das contas dos Prefeitos Municipais bem como revogou a Resolução TC nº 38, de 14 de dezembro de 2016.

Por fim, tendo em vista a não alteração, pelo TCE-PE, dos prazos originais previstos na Portaria STN nº 634/2013, adotamos como referência os prazos de implantação previstos na referida norma, de tal sorte que apresentamos o quadro evolutivo de realização dos procedimentos patrimoniais abaixo:

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP - evolução
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015)- <b>Dívida Ativa</b> e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017 - <b>Créditos a receber</b> (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - <b>Ativos contingentes</b>	Em implantação
	A partir de 01/01/2020 - <b>Créditos tributários e de contribuições por competência</b> (exceto créditos previdenciários); e <b>Créditos previdenciários por competência</b> , bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Em implantação
II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015)- <b>Provisão atuarial</b> do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - <b>Obrigações com fornecedores por competência</b>	Implantado

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ARTUR BELARMINO AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
057.246.464-98



# F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

7 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	A partir de 01/01/2019 - <b>Passivos contingentes Provisões por competência</b> e <b>Obrigações por competência</b> (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Em implantação
III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - <b>Bens móveis e imóveis</b> (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva <b>depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável</b> (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Em implantação
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Em implantação
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019 - <b>Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis</b> (exceto patrimônio cultural e infraestrutura).	Em implantação

### 1.2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade municipal, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo proposto pelo PCASP. A moeda funcional municipal é o Real.

#### 1.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem todo dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### 1.2.2 Créditos

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ARTUR BELARMINO AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
057.246.464-98



# F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

8 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos no MCASP e, em regra, será feita a conversão (quando em moeda estrangeira), à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado

#### 1.2.2 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Caso contrário, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período a que se referirem.

#### 1.2.4 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do ente municipal, obedecendo ao regime de competência, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

#### 1.3. Estrutura de apresentação das Notas Explicativas em relação aos DCASP

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.<sup>1</sup> De tal sorte, e com a finalidade precípua de atendimento ao sistema de prestação de contas do TC<sup>2</sup>-P<sup>2</sup>, as Notas Explicativas foram setorizadas, por meio de anexos, as suas respectivas DCASP, da seguinte forma:

- a) Nota Explicativa: Anexo I – Balanço Patrimonial (BP);
- b) Nota Explicativa: Anexo II – Balanço Orçamentário (BO);
- c) Nota Explicativa: Anexo III – Balanço Financeiro (BF);
- d) Nota Explicativa: Anexo IV – Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- e) Nota Explicativa: Anexo V – Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- f) Nota Explicativa: Anexo VI – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL).

<sup>1</sup> NBC T 16.6 (P1), publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2014.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ARTUR BELARMINO AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
057.246.464-98



# F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

9 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

Cabe destacar que o Anexo VI somente será elaborado quando estiver presente a respectiva DMPL, pois este demonstrativo deve ser elaborado apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas. Dessa forma, caso o ente municipal não se enquadre nesse comando de norma, não será necessária sua elaboração.

#### 1.4. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público é realizada mensalmente pela contabilidade, de forma a dar robustez e consistência as informações geradas, em de acordo com a legislação, regramentos orçamentários ou com os pronunciamentos de outro órgão ou entidade que regulamente a utilização dos recursos públicos. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes nos DCASP, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.<sup>1</sup>

## 2. PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

### 2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou os bens numerários em moeda nacional depositados em conta única do ente municipal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$1,7milhoes na conta única, o que levou um decréscimo de cerca 10,11% em relação ao exercício anterior.

### 2.2 Demais créditos e valores de curto prazo

Compreende os adiantamentos concedidos ao pessoal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$332mil contabilizados.

### 2.3 Outros créditos e valores de curto prazo

Compreende os outros créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$331mil contabilizados.

### 2.4 Imobilizado

O Imobilizado do ente municipal é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$8,8mil na conta única, o que levou um acréscimo de cerca 37,98% em relação ao exercício anterior.

<sup>1</sup> NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ARTUR BELARMINO AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
057.246.464-98



# F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

10 of 10

### NOTA EXPLICATIVA

#### **2.6 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo**

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar etc. Observa-se um valor cerca de R\$ 56mil, em 31/12/2017.

#### **2.7 Fornecedores e Contas a pagar nacionais**

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. Observa-se um valor cerca de R\$1,3milhões, em 31/12/2017, com acréscimo de 95,32% em relação ao ano anterior.

#### **2.8 Demais Obrigações a curto prazo – Consignações**

Compreende valores diversos, tais como valores retidos de RPPS, INSS, IRRF, retenções de entidades representativas de classes, retenções de empréstimos e financiamentos, e outras consignações, as quais totalizaram cerca de R\$944mil, um decréscimo de 2,43% em relação ao ano anterior

#### **2.9 Superávit/Déficit Financeiro**

No exercício de 2017, o déficit financeiro foi de cerca de R\$1,4milhões. No exercício anterior o déficit financeiro havia sido de R\$854mil. A posição financeira é modificada pelo resultado financeiro do exercício, que resulta dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias. Assim, o resultado financeiro é reflexo do resultado da execução orçamentária<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Lima, Severino. *Contabilidade pública: análise financeira governamental / Severino, Cecília de Lima. Iacodilton Alves Muniz. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016. p. 503*

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ARTUR BELARMINO AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
057.246.464-98

